

**CONFLITO E GOVERNO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII:
A INVASÃO ESPANHOLA NA CAPITANIA DE SANTA CATARINA EM 1777**

João Rafael Moraes de Oliveira¹ - UNESP/Assis

1) A formação dos limites territoriais na América Meridional e a colonização

A ocupação territorial da parte Sul da América foi marcada por um intenso conflito entre Portugal e Espanha. Tais disputas, que duraram cerca de três séculos, deram ensejo a negociações e celebração de Tratados entre esses dois reinos Ibéricos para fixação dos limites territoriais americanos. Assim, a conformação das fronteiras sul-americanas pode ser entendida a partir dos esforços colonizadores despendidos por esses países.

Segundo Antonio Carlos Robert Moraes, *a colonização é, antes de tudo, uma relação sociedade-espaco*². É um processo que se caracteriza pela expansão territorial e *implica a criação de uma nova estrutura nas terras incorporadas ao patrimônio da sociedade que se expande, uma estrutura articulada com os interesses da expansão*³. Assim, podemos pensar que em cada *região colonial* no Brasil, agregou-se uma diferente valorização ao espaço, a qual dependeu, sobretudo, dos recursos naturais existentes.

Caio Prado Júnior, destaca, ao estudar o processo de formação dos limites meridionais no Brasil⁴, a interação de fatores geográficos e históricos, e sobre a historiografia do assunto questiona: *Não haverá fatos mais gerais, mais profundos que condicionam a todos aqueles acontecimentos particulares, sucessos ou reveses diplomáticos ou militares?*⁵.

Entendemos, então, que os motivos que levaram Portugal a ocupar e criar um Governo regional na parte meridional do Brasil, em meados do século XVIII, com sede na Ilha de Santa Catarina, não estão ligados somente a questões geopolíticas e militares, mas também a interesses econômicos, com vistas ao enriquecimento da Coroa e de comerciantes luso-brasileiros.

Da mesma forma, para tentar compreender as razões que moveram o processo de efetiva colonização desta região, deve-se levar em consideração o contexto no qual elas

estão inseridas. Segundo Fernando A. Novais⁶, o final do século XVIII e início do XIX marcam um período importante na relação entre Portugal e suas colônias, principalmente o Brasil. Este é um período em que as tensões estruturais superam as condições de equilíbrio do sistema causando uma crise estrutural do “Antigo Sistema Colonial”. Ou seja, *ao funcionar plenamente, o sistema de colonização da época mercantilista promove a acumulação originária que, aliada a outras formas de acumulação, desencadeiam a passagem para o capitalismo industrial*⁷.

Esta conjuntura de crise *se mostrava mais agravante no Reino lusitano pelo fato particular de sua completa dependência econômica à produção colonial, fonte geradora do comércio monopolista e de fortalecimento do poder real*⁸. Por isso, o plano político luso-brasileiro de enfrentamento da Crise visava superar as deficiências do sistema econômico vigente, através da exploração “racionalizada” dos recursos naturais da colônia, além de preservar a unidade do império português⁹.

Acreditamos que o estudo do conflito entre Portugal e Espanha, marcado pela invasão da Capitania de Santa Catarina, em 1777, e a política de apropriação dos recursos naturais desta região, pode auxiliar no entendimento dos desdobramentos políticos e a mobilização de grupos para manter unido o império luso na América no final do século XVIII.

2) Santa Catarina: região estratégica e apropriação de recursos naturais.

Situada a meio caminho entre o Rio de Janeiro e a Região do Prata, e por ser o último porto apropriado para reparo e abastecimento de água e alimentos de navios, esta Ilha consistia em parada obrigatória dos navegadores que se destinavam à Região Platina. Tornou-se, assim, cobiçada por espanhóis e portugueses, que passaram a revezar-se no seu uso até o século XVIII.

Por volta do final do seiscentos, havia um forte interesse luso-espanhol em resolver o impasse da colonização e da definição dos limites da região meridional americana. Do lado português, manter os territórios conquistados que *constituíam agora um campo de*

*exploração econômica definida e necessária aos mercados coloniais e metropolitanos*¹⁰. Do lado espanhol, obter o controle da Região do Prata.

No início do século XVIII, portanto, a situação começou a definir-se. Portugal lança mão de um projeto de povoamento definitivo e de exploração de Santa Catarina, para dar sustentação à conquista da parte meridional da colônia. A primeira providência tomada pela Coroa portuguesa, nesse sentido, aparece num expediente remetido pelo Rei D. João V, ao governador do Rio de Janeiro, Antônio Brito Meneses, em 1717, onde se demonstra o intuito de melhor conhecer as possibilidades de exploração e qualidades ao redor da Ilha de Santa Catarina¹¹. A partir daí, o Conselho Ultramarino de Lisboa realça as qualidades e a necessidade de dar início ao projeto colonizador da Ilha de Santa Catarina.

O segundo passo foi, então, a criação da Capitania de Santa Catarina em 1738, com a Ilha e a terra firme adjacente, desincorporada da jurisdição da Capitania de São Paulo, passando à subordinação do Rio de Janeiro. Foi seu primeiro governador, o Brigadeiro José da Silva Paes (1739-1749), enviado ao Brasil com vistas à defesa do Sul. Coube a ele a tarefa de construir uma estrutura militar, edificando Fortalezas e Fortes, e estabelecer um povoamento definitivo na região.

Desde logo, a Capitania teve como vila-capital a povoação de Nossa Senhora do Desterro, na Ilha. Existiam, também, como vilas, São Francisco e Laguna, às quais se acresceram, a partir de 1748, outras, e em 1820 foi incorporado o planalto, centralizado na vila de Lages, até então pertencente à Capitania de São Paulo.

Como as pequenas povoações litorâneas não apresentavam uma densidade populacional capaz de ocasionar o aproveitamento e defesa da terra, Silva Paes solicita, procurando demonstrar à Coroa a conveniência, a vinda de novos casais imigrantes. Assim, mandou o Rei D. João V publicar editais nas ilhas dos Açores, em 1747, com o fim de serem transferidas pessoas, deste arquipélago densamente povoado, para Santa Catarina e o sul.

Com esta imigração açoriano-madeirense e a fortificação do litoral, o projeto português de colonização da parte meridional do Brasil pode ser viabilizado¹².

Dessa forma, podemos dividir em dois períodos o processo de formação histórica da Capitania de Santa Catarina: o primeiro, por volta de 1738 (data da criação da Capitania) até 1777 (data da invasão espanhola), período este marcado pelo reconhecimento, povoamento, defesa e início da exploração dos recursos da região; o segundo, de 1777 até 1822 (quando Santa Catarina passa, como Província, a incorporar o Império brasileiro), período de intensificação da exploração dos recursos naturais, sobretudo, nas armações de baleia e expansão do comércio com outras regiões.

Todavia, fica claro, na historiografia, que Santa Catarina não se situava entre as áreas coloniais onde se concentravam as principais atividades exportadoras, como o açúcar e a mineração. Mas, como vimos, revelava-se uma área de interesse da Coroa portuguesa, não apenas como um ponto estratégico para manutenção do seu vasto território, mas tendo em vista, também, a exploração de outros recursos na região. Portugal arrecadava na Capitania, através da concessão de monopólio, os direitos referentes à pesca da baleia, à passagem de animais, ao corte de madeira, ou ainda, à cobrança de dízimos reais¹³. É de se considerar, ainda, a função de abastecedora de gêneros alimentícios da praça do Rio de Janeiro, sobretudo de farinha de mandioca.

Foi, portanto, com o desencadeamento deste processo de colonização da região meridional da América, por parte da Coroa portuguesa, e a anulação do Tratado de Madri, que a relação entre Portugal e Espanha tornou-se crítica. Esta precisava garantir o livre acesso ao Rio da Prata, agora ameaçado pela expansão luso-brasileira. E como o conflito não fora resolvido diplomaticamente, os castelhanos recorreram à força das armas, enviando a maior armada naval já vista, até então, na América com fins militares.

3) A invasão da Ilha de Santa Catarina, reações e mobilidade política.

A situação entre lusos e espanhóis se agravou ainda mais quando, comandados por D. Pedro de Cevallos, os castelhanos tomaram, em 1763, a Colônia do Sacramento e regiões do Rio Grande de São Pedro. Diante desse avanço espanhol, o governo metropolitano português preparou-se, buscando reforçar o sistema defensivo da Ilha de

Santa Catarina. As instruções a respeito do que deveria ser feito para conter a investida dos castelhanos partiam do ministro do Rei D. José I, Marquês de Pombal, ao Vice-Rei do Brasil, Marquês do Lavradio¹⁴. Todas estas cartas de Pombal, inclusive as dirigidas ao Brigadeiro Antônio Carlos Furtado de Mendonça, então governador militar encarregado de defender a Ilha, reiteravam o interesse da Coroa pela região.

Porém, em fevereiro de 1777, a força naval espanhola chegou à enseada de Canasvieiras, na Baía norte da Ilha de Santa Catarina, e dali invadiu todo o território ilhéu “sem resistência alguma” dos militares luso-brasileiros, incumbidos da sua defesa, provocando a retirada das autoridades e parte das tropas para o lado do continente.

Não nos interessa aqui esmiuçar os aspectos militares do “conflito”¹⁵, salvo ressaltar o descompasso entre as ordens metropolitanas e a administração colonial, principalmente, em relação à área meridional. Interessa-nos os seus desdobramentos políticos, uma vez que, reavendo a região junto aos espanhóis, os políticos luso-brasileiros deixam entrever os interesses que a Coroa nutria pela Capitania de Santa Catarina; além de podermos entender as práticas políticas e administrativas definidas após a devolução da Ilha, marco de uma nova fase histórica da Capitania.

As negociações tiveram início após a morte de D. José I e a ascensão de D. Maria I. Em 1º. de Outubro de 1777 a Rainha portuguesa assinou com D. Carlos III, Rei da Espanha, o Tratado de Santo Ildefonso. Embora com prejuízo no sul da América, Portugal recebeu de volta, pelas cláusulas deste contrato, a Ilha de Santa Catarina em 30 de Julho de 1778.

Uma série de documentos atesta esta mobilidade política da administração colonial portuguesa no intuito de não perderem espaço no sul da colônia. São documentos expedidos no período da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso até a posse definitiva de um novo governador português da Ilha. O primeiro conjunto¹⁶ refere-se a correspondências do Vice-Rei, D. Luís de Almeida, marquês do Lavradio, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre as cartas do ajudante Manuel da Costa Silveira. Este se encontrava em Santa Catarina, no território que não fora invadido, para informar sobre a guerra contra os castelhanos. O segundo¹⁷, são cartas do Vice-Rei ao

Coronel Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara, nomeado para o cargo de Governador da Ilha em 23 de abril de 1778, atinentes à conduta que este deveria tomar nas negociações de devolução da Ilha.

Em carta de 8 de Novembro de 1777 a Martinho de Melo e Castro, o Marquês Vice-Rei revela a situação de incapacidade de defesa da Ilha e pede providências, pois:

[...] no caso de continuar a guerra que eu não tenho meios, com que possa [assistir] a Esquadra, e as Tropas. Os vendimentos desta Capital destinados a este fim, são muito poucos (...) A toda a Marinha deve-se infinito, estão precisados de ter vestuário (...) Eu espero que V. E^a. queira dar as precisas providências, a fim de se poderem executar as Ordens que a Rainha Minha Senhora for servida determinar. (...) Eu me acho igualmente falto de balas de todos os Calibres; falta-me também Artilharia grossa para as Fortalezas, e mais postos que defendem esta Capital¹⁸.

Desta forma, transparece que os recursos destinados ao auxílio e reestruturação da Capitania mal davam para cumprir as instruções básicas, quais sejam, a defesa e a fortificação da Vila Capital. Cabe-nos, então, fazer algumas perguntas: qual ou quais os responsáveis por tal situação? O comando metropolitano que não enviava recursos suficientes, ou o próprio Marquês do Lavradio que falhou na sua administração, subestimando a ocupação castelhana? Nota-se, portanto, que após a derrota portuguesa no sul, Lavradio, ao lançar uma série de instruções ao Coronel Francisco da Veiga, busca tanto apontar culpados para a humilhante derrota, quanto estabelecer um “novo projeto” colonizador de Santa Catarina. O teor das cartas do Marquês ao Governador nomeado para a chefia da Capitania, neste momento de transição, revela, ainda, os interesses da Coroa pela região e os meios pelos quais, o centro administrador da colônia, na figura de Lavradio, poderia “recolonizá-la”.

Numa carta de 23 de abril de 1778, D. Luis demonstra a sua vontade de “reconstruir” os alicerces da colonização daquela região, ressaltando a importância desta para o aumento dos rendimentos da Coroa, escrevendo que:

[...] eu considero aquela Capitania como uma nova conquista em que nos vamos estabelecer de novo, e em que é preciso fazer o seu estabelecimento desde os primeiros alicerces, os quais construídos com a precisa e prudente solidez não só fará a felicidade dos primeiros que ficarem ali estabelecidos, mas a fará também para o futuro a todas as mais famílias que ali se multiplicarem e o Estado terá mais uma Colônia que aumente suas riquezas e no Real Patrimônio de Sua Majestade se aumentarão consideravelmente os meios com que possam reforçar a segurança e a defesa do Estado¹⁹.

Acreditamos ser de suma importância para ressaltar o que estamos mostrando, uma carta de 3 de junho de 1778, na qual compreendemos, claramente, a determinação de Lavradio em transformar a Capitania de Santa Catarina em um dos “melhores Patrimônios” da Coroa. Nesse intuito, acreditava ele ser necessário que o Governador promovesse:

(...) quanto lhe for possível os casamentos de todos os mancebos que estiverem em idade competente (...) mas ao mesmo tempo não consentir que eles deixem de ter uma porção de terras que possam cultivar e, quando não as hajam do Rei (...) obrigar aos particulares que das que têm sem cultura, e que não têm forças nem meios para nelas fazerem as precisas plantações, que as arrendem ou as aforem a estas famílias as porções de que cada uma precisar; (...) Todos eles serão obrigados a ter uma certa criação de gado e seria excelente estabelecer-lhes o costume de criarem para a sua lavoura bestas cavalares (...).A plantação de coxonilha que é muito natural desse País a dou também a V. Sa. por muito recomendada, porque este gênero pode ser um objeto muito considerável (...)²⁰.

É, pois, com o intuito de “recolonizar” a Capitania de Santa Catarina que Lavradio instrui o encarregado Francisco da Veiga. Estaria ele buscando diminuir sua “culpa”, visto que recebera ordens expressas da metrópole para preparar a Ilha anos antes da invasão espanhola? Ou estaria seguindo um “novo” projeto político, que via na exploração dos recursos naturais da colônia, uma saída para a Crise porque passava todo o Reino lusitano?

Desta forma, entendemos que o simples papel de área estratégica, com sentido estritamente militar, como tem figurado na historiografia que cuidou do assunto, não cobre totalmente o que representou Santa Catarina no contexto estudado. O processo de ocupação da parte meridional do Brasil na época colonial se apresenta como um projeto que visava além do povoamento do território, com a instalação de bases político-militares, o estabelecimento de uma grande produção manufatureira, sobretudo nas armações de pesca de baleia, associada à intermediação comercial portuguesa a serviço da acumulação primitiva de capitais na Europa²¹.

¹ Mestrando na Universidade Estadual Paulista UNESP/Assis (Bolsista FAPESP).

² MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 2002, p. 85.

³ Idem, p. 78.

⁴ PRADO JR. Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

⁵ Idem, p. 139.

⁶ NOVAIS, Fernando A. "O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos". *Revista Brasileira de História* 4 (7): p. 105-118. São Paulo: Marco Zero, 1984.

⁷ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Sistema Colonial (1777-1808)*. 6ª. Edição. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 143-4.

⁸ LYRA, Maria de L.Viana. *A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994, p.34.

⁹ NOVAIS, Fernando A. "O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos". *op. cit.*

¹⁰ REIS, Arthur C.F. "Os Tratados de Limites" In: S.B. de Holanda (org.). *História Geral da civilização brasileira*. Tomo I "A época colonial, 1º. Volume. 2ª. Ed. São paulo: DIFEL, 1963, p. 365.

¹¹ SILVA, Célia Maria e. *Ganchos (SC): ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992, p. 31.

¹² Chegaram cerca de 5.000 açorianos entre os anos de 1748 e 1756.

¹³ Sobre o assunto ver Walter F. Piazza, "O fiscalismo Português no Brasil: exemplos catarinenses". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de Santa Catarina*, Florianópolis, 3ª. Fase, no. 8, 1989, pp. 24-41.

¹⁴ Extratos destas instruções encontram-se em: Oswaldo R. Cabral, "As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil-Colônia". Conselho Federal de Cultura e IHGB, 1972, p. 116 e 117.

¹⁵ Ver, por exemplo, sobre o assunto: FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Os espanhóis conquistam a Ilha de Santa Catarina: 1777*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

¹⁶ Documentos oficiais do Arquivo Histórico de Lisboa referentes à Santa Catarina.

¹⁷ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume 317 – Out/Dez 1977, DOCUMENTOS (p. 143-169): "A Devolução pelos Espanhóis da Ilha de Santa Catarina em 1778 — Cartas do Vice-Rei, Marquês Do Lavradio, dirigidas ao Coronel Francisco Antonio da Veiga Cabral da Câmara — Governador".

¹⁸ Documentos oficiais do Arquivo Histórico Ultramarino - Santa Catarina, cx. 5, doc. 7

¹⁹ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *op. cit.* p. 150.

²⁰ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *op. cit.* p. 152-3.

²¹ SILVA, Célia Maria e. *op. cit.*